

REIVINDICAÇÃO E CONSCIÊNCIA NO ESCRAVISMO

Extraído de “Os Quilombos e a Rebelião Negra”, de Clóvis Moura.

Nem todas as lutas entre senhores e escravos foram, porém, tão violentas como as insurreições. O escravo negro chegou muitas vezes a ocupar as unidades onde trabalhava, como ocorreu na fazenda Santana, em Ilhéus, Bahia, em 1789, quando permaneceram parados durante quase dois anos, depois de matarem o mestre de açúcar e se apossarem das ferramentas. Sobre este fato escreve João José Reis: “Estes mesmos escravos escreveram um tratado de paz, documento impar na história do escravismo brasileiro, estabelecendo junto ao senhor as condições sobre as quais retornariam ao trabalho. Entre outras reivindicações, exigiam os rebeldes redução da jornada e melhores condições de trabalho, controle das ferramentas do engenho, terreno para suas hortas, um barco para facilitar a venda em Salvador do excedente das suas plantações, e *last but not least* que os nomes indicados para feitores teriam de ser aprovados por eles. Este movimento aparentemente se findou com a prisão do líder e mais 15 ou 16 rebeldes que caíram numa cilada armada pelo proprietário do engenho à época, Manuel da Silva Ferreira, o qual fingira aceitar negociar o fim do movimento”.

Vamos transcrever na íntegra, pela sua importância, este *tratado de paz*, como denomina o historiador baiano, de acordo como publicado e nos foi fornecido por Stuart B. Schwartz:

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados.

Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra; Se meu Senhor também quizer a nossa pás ha de ser nesta conformidade, se quizer estar pello que nós quizermos a saber.

Em cada semana nos ha de dar os dias de sexta fr^a e de sabado p^a trabalharmos p^a nos não tirando hum destes dias por cauza de dia St^o.

Para podermos viver nos hade dar Rede tarrafa e canoas.

Não nos hade obrigar a fazer camboas; nem amariscar, e quando quizer fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas.

Para o seu sustento tenha Lanxa de pescaria o canoas do alto e quando quizer comer mariscos mande os seus pretos Minas.

Faça uma barca grande p^a quando foi p^a a Bahia nós metermos as nossas cargas p^a não pagarmos frete.

Na planta de mandioca, os homens queremos que só tenham de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos.

A tarefa de farinha hade ser de cinco alqueirez razos, pondo arrancadores bastantes p^a estes servirem de pendurarem os tapetes.

A tarefa de cana hade ser de cinco mãos, e não de seis, e das canas em cada freixe.

No barco hade pôr quatro varas, hum p^a o Leme, e hum no leme puxa mt^o por nós.

A madeira que se serrar com serra de mão em baixo hão de serrar três, e hum em cima.

A medida de lenha hade ser como aqui se praticava, p^a cada medida hum cortador, u huma mulher para carregadeira.

Os actuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação.

Nas moendas hade pôr quatro moedeiras e duas guindas, e huma carcanha.

Em cada huma caldeira hade haver botador de fogo, e em cada terno de taixas o mesmo, e no dia de Sabado hade haver Remediavelment^{te} peija no Engenho.

Os marinheiros que andão na Lanxa alem de camisa de bacta se lhe dá, hão de deter Gibão de bacta, e todo o vestuário necessário.

O canavial de Jaribú o hiremos aproveitar por esta vez, e depois hade ficar p^a pasto por que não podemos andar tirando cana p^a entre mangues.

Poderemos plantar nosso arros onde quizermos e em qualqr Brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou outro qualqu^r pau sem darmos parte p^a isso.

A estar por todos os artigos a cima, e concedermos estar sempre de posse da ferramenta, estamos prontos p^a servir-mos como dantes, por que não queremos seguir os maos costumes dos mais Engenhos.

Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quizermos sem quenos empeça e nem seja preciso licença”.

Como vemos, o nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do *instumentum vocale* de acordo com teorias tradicionais. Por isto mesmo, comentado este documento (de cujo texto fez um resumo), Antonio Barros de Castro diz que “seria ocioso realçar o alcance e a amplitude dessas reivindicações. Importante é perceber que se trata, a rigor, de uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista. Com efeito, aceitar as propostas apresentadas, a escravidão se descaracterizaria, profundamente. O que os escravos-rebeldes propõem, em suma, é a instauração de um novo regime social no qual eles cederiam a maior parte do tempo de trabalho em troca dos meios de produção que necessitam... e cuidariam da sua própria existência. Curiosamente, como observou Stuart Schwartz, os castigos corporais não são mencionados no documento. Ficava, talvez, subtendido que eles não teriam razão de ser, na ordem social proposta pelos escravos”.

De fato, esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo do conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos dos trabalhadores assalariados atuais. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção no processo do trabalho. Esta *ponte* estabelecida na consciência desses escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo do conhecimento, muitos deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretar a realidade emergente.

Tanto isso é verdade que a consciência do grupo não se apagou. Em 1821 os escravos da mesma fazenda novamente se revoltam, permanecendo na propriedade até 1824. Como vemos, esses cativos devem ter assimilado a experiência anterior e reiniciado a mesma técnica de ocupação. Em 1828 (época em que em Salvador os escravos urbanos estavam em plena efervescência) os cativos desse engenho tentam mais uma vez sublevar-se. Sobre o assunto mais uma vez João José Reis

escreve: “Assim como os escravos que em 1828 ameaçaram sublevar-se, certamente recuperando a experiência de 1821-24, os rebeldes destes anos provavelmente retinha em sua memória coletiva a insurreição de 1879. Alguns deles talvez até tivessem participado do movimento anterior, ou testemunhado como crianças, a mobilização dos seus pais e mães. Ou ainda, tendo nascido ou chegado depois de 89 ao Santana, ouviram da boca dos velhos escravos a história daquela ocupação que, talvez, não tivesse sido a primeira e então dos velhos ouviram lembranças práticas de resistência coletiva anteriores a 89”.

Neste caso particular, os escravos comportaram-se não como elementos alienados, mas como seres que não apenas adquiriram um certo grau de consciência social que negava o estatuto escravocrata, como também transmitiam de geração a geração esse grau de consciência crítica. Por tudo isto ainda escreve Antonio Barros de Castro que “os sucessos que tiveram lugar no antigo engenho dos Jesuítas em Ilhéus e o sangrento levante iniciado nas armações da cidade de Salvador, no ano de 1813, parecem estabelecer duas vertentes para a rebeldia escrava. Em ambos os casos os rebeldes fracassaram. Mas os resultados obtidos pelos escravos em suas lutas não devem ser julgados pelo êxito ou fracasso destes conflitos abertos, que, a rigor, mais *revelam* do que realizam. Os atos de rebeldia declarada e aberta são como o vapor que escapa ruidosamente da máquina; há que toma-lo como um índice de pressão existente no seu interior”.

Este índice de pressão no interior do sistema escravista e os seus pontos extremos que se traduzem nas revoltas referidas são considerados por muitos, no entanto, como simples movimentos atípicos, que não caracterizam o sentido da nossa história e o conteúdo das relações entre senhores e escravos no Brasil.